

GESTÃO CONTÁBIL E ANÁLISE FINANCEIRO-ECONÔMICA EM ORGANIZAÇÕES DE PEQUENO PORTE

Renato dos Santos Berber³

Gracindo Vasconcelos de Andrade⁴

3. Administrador de empresas, Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (Unb), 1997; MBA – Finanças Corporativas, Auditoria e Controladoria pela Universidade Tiradentes, 2012. E-mail renato.berber@grupopaodeacucar.com.br.

4. Administrador, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba, avaliador do MEC, professor da Graduação e pós-graduação. Consultor Sebrae. E-mail: gracindoandrade@yahoo.com.br.

RESUMO

Gestores de pequenas empresas necessitam cada vez mais estar preparados para a correta gestão contábil do seu negócio, passando a ser esse ponto, muito mais que uma obrigação legal, e sim um novo diferencial competitivo. O presente artigo trata da gestão contábil e análise financeiro-econômica em empresas de pequeno porte. Nele estão sendo abordados aspectos básicos dessa gestão como, por exemplo, principais instrumentos contábeis, principais índices de análise financeiro-econômica e um exemplo prático da utilização desses índices. Estão sendo abordados também principais aspectos legais que envolvem a gestão contábil nas pequenas empresas. Por fim, uma visão contábil mais clara e a capacidade de analisar seu empreendimento sob uma abordagem financeiro-econômica é o objetivo desse artigo, que propõem, acima de tudo, uma reflexão sobre os fatores contábeis e financeiros fundamentais para o sucesso e a longevidade de um empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão Contábil. Análise Financeiro-Econômica. Organizações de Pequeno Porte.

ABSTRACT

Small business managers increasingly need to be prepared to correct accounting management of your business, becoming this point, much more than a legal obligation, but a new competitive advantage.

This article deals with the management accounting and financial-economic analysis in small businesses. It being addressed basic aspects such as management, for example, major accounting tools, major indices, economic and financial analysis a practical example of using these indices. Are also addressed key legal issues involving the management accounting in small businesses. Finally, a vision clearer accounting and the ability to analyze your project under a financial-economic approach is the aim of this paper suggest that, above all, a reflection on the financial statements and factors critical to the success and longevity of a project.

KEYWORDS

Management Accounting. Financial-Economic Analysis. Small Organizations.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar aos interessados uma visão simplificada dos benefícios de se praticar uma gestão contábil e uma análise financeiro-econômica estruturada em uma organização de pequeno porte, bem como, os principais instrumentos de gestão contábil e índices financeiro-econômicos necessários para auxiliar na gestão dessas empresas.

Delimitam-se como os maiores interessados no conteúdo desse artigo, gestores de empresas de pequeno porte. Mas seriam eles diferentes dos gestores de empresas de grande porte? Em resposta e esse questionamento, pode-se aceitar que existem sim algumas características básicas que diferenciam esses dois personagens. Tendo como foco gestores de pequenos negócios, segundo Cavalcanti (1986),

A fragilidade administrativa e organizacional das PMEs revela-se com toda a sua inteireza na pequena interligação entre aspectos tecnológicos, administrativos, de percepção ambiental, referentes aos sistemas de informações gerenciais ou à estratégia desenvolvida. Na verdade as PMEs possuem capacidade limitada de percepção e priorização dos problemas empresariais, parcela que não pode, via de regra, contar com o apoio externo, e não estão acostumadas a planejar e executar ações conjuntas.

É certo, conforme descreve o professor Martinho Isnard Ribeiro Almeida (1994) em sua tese de doutorado: Desenvolvimento de Um Modelo de Planejamento Estratégico para Grupos de Pequenas Empresas, que na pequena empresa a administração é quase sempre realizada pelos próprios donos ou mesmo parentes, que muitas vezes não têm conhecimento aprofundado de técnicas administrativas. Dessa forma existe uma relação muito próxima entre o perfil e formação cultura e acadêmica do dono e a forma de gestão da empresa. Faz sentido aceitar que uma empresa de pequeno porte, muitas vezes, nasce, vive e desenvolve-se a partir do talento, da sensibilidade e da vontade de realizar de centenas de milhares de empreendedores, os quais são, ao mesmo tempo, seus inspiradores, implantadores e principal força propulsora.

Assim, entende-se como dificuldade na rotina de uma grande fatia de gestores de pequenas empresas compreenderem, mesmo que de forma simplificada, os principais aspectos da gestão contábil e análise financeiro-econômica do seu negócio, podendo ser essa uma das suas principais dificuldades na tomada de decisão.

Sabe-se que em muitos casos o fator principal na hora de decidir algo em uma empresa de pequeno porte é sentimento do dono. Com esse artigo busca-se agregar a esse processo decisório, alguns pontos-chaves da gestão contábil, financeira e econômica, que podem fazer total diferença para o sucesso e a longevidade da organização.

Por último, existem diversos conceitos que podem definir o que é uma empresa de pequeno

porte. Seu faturamento, seu tamanho físico, número de funcionários, complexidade do seu negócio, forma de tributação, etc. Para esse artigo, até como forma de restringir um grupo de interessados, será utilizado o critério de número de funcionário, conforme decidido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cuja sede é em Paris - França, ou seja, empresa de pequeno porte são aquelas com até 100 funcionários.

Vale destacar apenas que ficam fora do conceito de pequena empresa, conforme legislado por meio da resolução CFC número 1.255/09 que NBCT 19.41, as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as sociedades de grande porte, como definido na Lei número 11.638/07, as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e as outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

PLANEJAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO

Início essa etapa com o objetivo de mostrar ao leitor que o planejamento contábil e a análise financeiro-econômica são práticas de grande utilidade e podem estar presentes no dia a dia das pequenas empresas, inclusive podendo ser vistas muito mais do que simplesmente uma obrigação legal da qual elas, também, devem cumprir.

Refere-se a obrigação legal devido a Lei 123/2006, intitulado Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O referido diploma legal, em seu artigo 27, regrou da seguinte forma: Art. 27: as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Fica claro que o próprio artigo 27 deixa uma dúvida sobre o que venha a ser uma 'contabilidade

simplificada". Essa dúvida veio a ser sanada na Resolução 1.115/07 que aprovou a NBCT 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. O item 7 da referida norma disciplina que a microempresa e a empresa de pequeno porte devem elaborar, ao final de cada exercício social, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado, em conformidade com o estabelecido na NBCT.

Segundo a NBCT 19.13, a permissão legal de adotar uma escrituração contábil simplificada não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte de manter a escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocam ou possam vir a provocar alteração do seu patrimônio.

Vale salientar, também, que a escrituração contábil deve ser realizada com observância aos princípios fundamentais de contabilidade e em conformidade com as disposições contidas nessa norma, bem como a NBCT 2.1, NBCT 2.2, NBCT 2.3, NBCT 2.4, NBCT 2.5, NBCT 2.6, NBCT 2.7, NBCT 2.8, excetuando-se, nos casos em que couberem, as disposições previstas nesta norma no que se refere a sua simplificação.

O objetivo das demonstrações contábeis nas pequenas empresas, além de obrigação legal conforme exposto anteriormente, é o de oferecer informações sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (DRE) e fluxo de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos, sob medida, para atender suas necessidades particulares.

Assim, ainda segundo consta na resolução 1.115/07, a microempresa e a empresa de pequeno porte devem elaborar, ao final de cada exercício social, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado, em conformidade com o estabelecido na NBCT 3.1, 3.2 E 3.3. Vale salientar que é facultada a elaboração de demais demonstrativos como a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração das origens

e aplicações de recursos e notas explicativas. No caso do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, eles devem ser transcritos no livro diário, assinados por profissional de contabilidade legalmente habilitado pelo empresário.

Uma gestão contábil e financeira pode ser então mais do que uma obrigação. Quando feita de forma eficiente e estruturada passa a ser até mesmo um diferencial competitivo frente ao mercado, podendo facilitar a tomada de decisões nas mais diversas áreas de atuação de uma empresa, respondendo a perguntas como: qual o impacto contábil e financeiro de uma nova estratégia de marketing! Vale a pena criar novos diferenciais frente a sua concorrência? A saúde financeira da empresa permite a realização de investimentos? Essas decisões terão sustentabilidade financeira para se concretizar?

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO CONTÁBIL

A gestão contábil é o meio mais eficiente de se obter informações relevantes para a tomada de decisão em uma organização, em especial às pequenas empresas, que via de regra necessitam de uma exatidão financeira elevada em função de recursos muitas vezes escassos e a importância relativa que pequenos valores possuem no seu dia a dia.

Assumem papel fundamental na gestão contábil, as demonstrações contábeis. Elas servem para que o gestor possa controlar, avaliar e analisar a situação patrimonial e o desempenho do seu negócio. Diversos são os demonstrativos contábeis disponíveis e sua complexidade, por si só, já seria tema de um vasto estudo. Entretanto, o foco desse artigo quando da gestão contábil para as pequenas empresas está no balanço patrimonial (BP) e no demonstrativo do resultado do exercício (DRE). Vale, contudo, salientar a necessidade e a importância de se conhecer a aplicabilidade do demonstrativo do lucro ou prejuízo acumulado (DLPA), demonstrativo de origem e aplicações de recursos (DOAR) e o demonstrativo das mutações do patrimônio líquido (DMPL), mesmo não sendo eles uma obrigação legal.

Por fim, a gestão contábil da luz às decisões empresariais, garantindo às mesmas: sustentabilidade e eficiência, servindo como guia na elaboração de modelos que indicam, inclusive, o que deve ser perseguido como meta. É certo, porém, que não existe modelo contábil correto se não houver uma preocupação quanto à qualidade dos dados que o alimentam. Concluo essa etapa dando destaque à responsabilidade do gestor do negócio, bem como seu contador quanto à qualidade e veracidade das informações que alimentam o sistema da gestão contábil.

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRO-ECONÔMICA

A análise dos balanços e das demonstrações contábeis é de grande importância para uma empresa, pois por meio dela é possível agrupar, comparar, prever e evidenciar dados contábeis. Essa análise pode ser feita sob o foco financeiro, econômico e administrativo.

No artigo em questão, até mesmo pela vasta disponibilidade de análises possíveis, será dado destaque para a análise financeira e econômica em seus principais índices, cuja utilidade é evidente, também, para as pequenas empresas. Vale salientar que a utilidade de um determinado índice pode variar de empresa para empresa. Na produção desse artigo, dois índices de utilidade mais ampla serão apresentados. São eles:

1 – Índices de Liquidez.

2 – Índices de Rentabilidade

Importante destacar que para que uma análise financeiro-econômica tenha o resultado esperado, é recomendado que o período de pelo menos três exercícios seja utilizado e não somente o exercício em vigor, o que pouco revelaria. A evolução de determinado índice mostra muito sobre a tendência da empresa, bem como se a estratégia utilizada pelos gestores está gerando o resultado esperado. Outro ponto fundamental em se analisar determinado índice é a sua comparação com demais empresas similares que atuam no mesmo seg-

mento. Essa análise irá dar referências para saber como está o desempenho frente ao mercado.

GESTÃO CONTÁBIL

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Pode-se considerar o balanço patrimonial, sua confecção e análise, um tema de grande amplitude, todavia irei abordar o assunto de forma mais sucinta possível, visando o objetivo prático desse artigo que é descrever sobre um modelo de balanço patrimonial simplificado, extremamente usual para as pequenas empresas.

O balanço patrimonial tem por objetivo demonstrar de forma organizada e estruturada a posição financeira e patrimonial de uma empresa, numa determinada data. Para tal utiliza-se o regime de competência contábil como parâmetro válido, ou seja, o lançamento contábil pertence ao exercício em que ocorreu o fato gerador, independente do pagamento ou recebimento.

O balanço patrimonial é uma demonstração que deve ser estruturada de acordo com os preceitos da Lei 6.404/76 e segundo os princípios fundamentais contábeis. Tal estrutura de contas, dentro do conceito legal da própria lei, em síntese, se compõe de:

1 - Estrutura de contas Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
INVESTIMENTOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
IMOBILIZADO	
INTANGÍVEL	

Fonte: Lei 6.404/76.

ATIVO: representa o conjunto dos bens e direitos de uma empresa, expresso em valor monetário, como por exemplo: caixa, bancos, imóveis, estoque, valores a receber e outros bens

e direitos. Essas contas são agrupadas dentro do ativo de acordo com seu grau de liquidez, do maior para o menor.

Pode-se estratificar o Ativo em diversos níveis, de forma a facilitar o entendimento bem como gerar o grau de detalhe e especificação muitas vezes necessários no dia a dia das empresas. Dessa forma segue um plano de contas mais detalhado aberto até o quarto nível de detalhe. Segundo a resolução CFC NÚMERO 1.115/07 o plano de contas de pequenas empresas deve ser aberto até o quarto nível, conforme modelo que segue abaixo. Vale lembrar que o plano de contas apresentado neste artigo é simplificado, podendo o mesmo ter nível de complexidade variado conforme a necessidade ou o tipo de empresa que está sendo analisada.

2 - Estrutura de contas 4 níveis do Ativo

1 – ATIVO

1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	CAIXA
1.1.1.01	CAIXA GERAL
1.1.2	BANCOS
1.1.2.01	BANCOS DO BRASIL
1.1.3	CONTAS A RECEBER
1.1.3.01	CLIENTES
1.1.3.02	OUTRAS CONTAS A RECEBER
1.1.3.03	DUPLICATAS DESCONTADAS (-)
1.1.4	ESTOQUE
1.1.4.01	MERCADORIA
1.1.4.02	PRODUTOS ACABADOS
1.1.4.03	INSUMOS
1.1.4.04	OUTROS

1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.1	CONTAS A RECEBER
1.2.1.01	CLIENTES
1.2.1.02	OUTRAS CONTAS
1.2.2	INVESTIMENTO
1.2.2.01	PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.2.3	IMOBILIZADO
1.2.3.01	TERRENOS
1.2.3.02	CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS
1.2.3.03	MÁQUINAS E FERRAMENTAS
1.2.3.04	VEÍCULOS
1.2.3.05	MÓVEIS
1.2.3.98	DEPRECIACÃO ACUMULADA (-)
1.2.3.99	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)
1.2.4	INTAGÍVEL
1.2.4.01	MARCAS
1.2.4.02	SOFTWARES
1.2.4.099	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)

Fonte: Resolução CFC 1.115/07.

PASSIVO: representa o conjunto das obrigações e deveres que uma empresa necessita cumprir com terceiros. São compromissos contra seus ativos e são classificados em ordem conforme seu grau de exigibilidade. Como exemplo de contas do passivo cita-se: contas a pagar, empréstimos a pagar, impostos a recolher, obrigações trabalhistas, empréstimos a pagar, etc.

3 - Estrutura de contas 4 níveis do Passivo

2 – PASSIVO

2.1	PASSIVO CIRCULANTE
2.1.1	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER
2.1.1.01	SIMPLES A RECOLHER
2.1.1.02	INSS
2.1.1.03	FGTS
2.1.2	CONTAS A PAGAR
2.1.2.01	FORNECEDORES
2.1.2.02	OUTRAS CONTAS
2.1.3	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS
2.1.3.01	BANCO ITAÚ

2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.2.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS
2.2.1.01	BANCO ITAÚ

Fonte: Resolução CFC 1.115/07.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: representa os compromissos contra os recursos ou ativos da própria organização e seu valor representa o montante de recursos que os proprietários colocaram no negócio, bem como o apurado de lucros/prejuízos retidos. Na construção do balanço patrimonial o ativo será sempre igual ao passivo mais (+) o patrimônio líquido, ou seja, uma variação no ativo, por exemplo, irá gerar igual variação no passivo ou no patrimônio líquido. O aumento das obrigações com terceiros (passivo) ou com o capital próprio (patrimônio líquido) deve gerar igual contrapartida no aumento do ativo capaz de gerar venda, investimento de curto e longo prazo ou de immobilizações.

Vale destacar que o direcionamento de recursos para cada uma dessas contas do ativo deve estar alinhado com a estratégia definida para a empresa, pois impacta diretamente na sua capacidade de investimento, aumento de venda, estratégia de marketing, etc. Existe uma relação importante entre a decisão do aumento do passivo (capital de terceiros) ou o aumento do patrimônio líquido (capital próprio) que deve ser levada em consideração de forma a não comprometer a sustentabilidade da empresa.

4- Estrutura de contas 4 níveis do Patrimônio Líquido

2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.3.1	CAPITAL SOCIAL
2.3.1.01	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO
2.3.1.02	CAPITAL SOCIAL A REALIZAR
2.3.2	RESERVAS
2.3.2.01	RESERVA DE CAPITAL
2.3.2.02	RESERVA DE LUCROS
2.3.3	RESERVAS
2.3.3.01	PREJUÍZOS ACUMULADOS EM EXERCÍVIOS ANTERIORES
2.3.3.02	PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO ATUAL

Fonte: Resolução CFC 1.115/07.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Empresa é uma entidade em transformação e constante evolução que utilizada de seus recursos na busca de resultado positivo em determinado período de tempo. Ao final de cada período, a utilização desses recursos deve ser acompanhada de forma organizada e estruturada e o resultado auferido. É aí que a DRE se encaixa, como principal instrumento de acompanhamento dos recursos produtivos de uma empresa. Nesse contexto, a DRE constitui-se no resumo das operações realizadas pela empresa, durante determinado período de tempo, no qual sobressai o resultado líquido do exercício, sendo ele lucro ou prejuízo.

O lucro ou prejuízo apurado via DRE representa a saúde da empresa na gestão de seus ativos, que os tornam capazes de gerar resultado que irão garantir sua sobrevivência. Assim como o balanço patrimonial, a DRE é elaborada pelo princípio da competência.

Segundo artigo 187 da Lei 6.404/76, as empresas deverão discriminar na DRE: - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto; - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto; - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

5 - Modelo da composição de um Demonstrativo de Resultado

DRE	
1	RECEITA OPERACIONAL BRUTA (+)
1.1	VENDA DE PRODUTOS
1.2	VENDA DE MERCADORIAS
1.3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
2	DEDUÇÕES DAS RECEITAS BRUTAS (-)
2.1	DEVOLUÇÃO DE VENDAS
2.2	ABATIMENTOS
2.3	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES SOBRE A VENDA
3	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (= 1 - 2)
4	CUSTO DAS VENDAS (-)
4.1	CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CMV)
4.2	CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA
4.3	CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO
5	LUCRO OPERACIONAL BRUTO (= 3 - 4)
6	DESPESAS OPERACIONAIS (-)
6.1	DESPESAS COM VENDAS
6.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
6.3	DESPESAS COM DEPRECIÇÃO
7	DESPESAS FINANCEIRAS (+ / -)
7.1	DESPESAS FINANCEIRAS / RECEITAS FINANCEIRAS (-/+)
7.2	VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS / VARIAÇÕES MONETÁRIASATIVAS (-/+)
8	OUTRAS DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS (+/-)
8.1	VENDA DE BENS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (+)
8.2	DESPESAS DA VENDA DE BENS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (-)

9	LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL ANTES DO IR E CSSL (=5-(6+7+8))
10	IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO (-)
11	LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES (=9-10)
12	PARTICIPAÇÕES, DEBÊNTURES, PREVIDÊNCIA EMPREGADOS, ETC
13	LUCRO LÍQUIDO (=11-12)

Fonte: Resolução CFC 1.115/07.

Importante destacar que as contas apresentadas acima possuem o caráter simplificado podendo ser utilizadas em pequenas empresas.

ANÁLISE FINANCEIRO-ECONÔMICA

A análise financeiro-econômica de uma empresa consiste em retirar dos demonstrativos contábeis, em especial do balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do exercício, dados relevantes e traduzidos em índices. Esses índices, por sua vez, fazem correlação entre determinadas contas contábeis e possuem a capacidade de demonstrar o comportamento financeiro econômico de uma empresa. A utilização de índices permite uma melhor comparação, facilita análises e estabelece parâmetros.

Vale salientar que tão importante quando obter os índices referentes ao exercício atual ou fechamento do período, está a visualização das tendências ao longo de períodos passados. Assim é fundamental a análise de um determinado índice pelo menos de dois a três exercícios passados. Também é fundamental a comparação dos índices com demais empresas do mesmo seguimento, bem como a média do mercado.

Existem diversos índices que podem ser utilizados em uma análise financeira e econômica empresarial, contudo, em face dessa diversidade e com objetivo de manter o foco desse artigo, vamos restringir a análise a apenas dois índices:

- 1 – Índices Financeiros: Liquidez
- 2 – Índices Econômicos: Rentabilidade

ÍNDICE DE LIQUIDEZ

Esse índice revela a capacidade de solvência de uma empresa, ou seja, a capacidade de pagamento de suas obrigações num determinado período de tempo. De forma mais simples, entenda esse índice como a capacidade da empresa em pagar seus compromissos de curto prazo registrados no passivo circulante. Se o índice encontrado for superior a 1 (hum), a leitura que deve ser feita é de que para cada real devido, existe um valor superior em recurso para pagamento. A mesma lógica é válida quando esse índice for inferior a 1, ou seja, nesse caso não existe recursos para pagamento.

Existem cinco grupos de índices de liquidez. São eles:

- 1 – Índice de liquidez corrente;
- 2 – Índices de liquidez seca;
- 3 – Índices de liquidez gera;
- 4 – Índices de liquidez imediata;
- 5 – Índices de liquidez com lucro.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Esse índice revela quantos reais a empresa possui no curto prazo para pagar cada real de dívida, também, de curto prazo, ou seja, mede a capacidade da empresa em saldar os seus compromissos financeiros do curto prazo com recursos de curto prazo. Apenas para fins de estabelecer padrão de risco, uma empresa que apresenta o ILC abaixo de 0,50 pode se considerar em situação de risco, pois ela não possui pelo menos 51% de recursos de curto prazo para honrar com suas dívidas, também, de curto prazo.

Esse índice é calculado por meio da divisão do total do ativo circulante pelo total do passivo circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

Esse índice revela quantos reais a empresa dispõe no curto prazo para cada real de dívida de curto prazo, levando em consideração que não consiga vender nada do seu estoque. Em suma, esse índice mostra a capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações de curto prazo sem precisar se desfazer do seu estoque. Pode-se considerar como sinal de risco uma empresa com esse índice abaixo de 0,40. O cálculo de índice é parecido com o da liquidez corrente, subtraindo o valor do estoque do ativo circulante.

$$\text{ILS} = \frac{\text{AC} - \text{ESTOQUE}}{\text{PEC}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

Esse índice revela quantos reais a empresa dispõe no curto prazo e no longo prazo para cada real de dívida de curto prazo e longo prazo. Veja que o fator tempo e solvência são determinantes para o entendimento desse índice. Em outras palavras, ele mostra quanto a empresa tem de recursos totais para pagar suas obrigações totais. Isso se mede utilizando a soma do ativo circulante mais o não circulante, dividindo pela soma do passivo circulante com o exigível em longo prazo (não circulante).

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{ANC}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Esse índice revela a capacidade da empresa de pagar suas obrigações do passivo circulante com valores do ativo circulante de liquidez imediata (banco, caixa, aplicações, etc). A soma dos valores dessas contas de solvência imediata, também, pode ser descritas como: disponível. Alguns balanços utilizam

o termo disponível, outros precisaremos somar os valores em bancos, caixa, aplicações, etc.

$$\text{ILI} = \frac{\text{DISPONÍVEL}}{\text{APCC}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ COM O LUCRO

Esse índice é utilizado quando a empresa não possui uma condição favorável no índice de liquidez corrente (ILC), ou seja, opera com ILC abaixo de 1. Nesse caso é necessário saber se a empresa terá condições de cumprir com suas obrigações de curto prazo utilizando também o seu lucro futuro.

$$\text{ILL} = \frac{\text{AC} + \text{LL}}{\text{PC}}$$

ÍNDICE DE RENTABILIDADE

Esses índices revelam a maneira pela qual o ativo da empresa está sendo utilizado na geração de resultado. A taxa de retorno é fundamental para que o dirigente possa saber como está a eficiência do seu empreendimento e se ele possui um negócio com bom poder de atração de capital, empréstimos, etc.

São três os índices de rentabilidade mais usuais:

- 1 – Taxa de retorno sobre investimento total;
- 2 – Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido;
- 3 – Margem de lucro sobre as vendas.

TAXA DE RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL

Essa taxa é importante para que o empreendedor possa saber como está o ganho da sua empresa. Esse índice é obtido comparando o lucro líquido com o ativo total médio da empresa. Entenda ativo total médio como sendo o ativo de período atual somado ao ativo do período anterior dividido por dois (média dois períodos).

$$\text{TRSIT} = \frac{\text{LL}}{\text{ATIVO TOTAL MÉDIO}}$$

O número encontrado após a aplicação dessa fórmula mostra quanto de dinheiro o negócio está gerando para cada real aplicado. Veja que como é utilizado o ativo total médio, esse dinheiro não necessariamente está indo para o dono do empreendimento.

TAXA DE RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Esse sim é um índice que mostra quanto o negócio está gerando de ganho para os proprietários (sócios). Como o coeficiente é feito utilizando o PL, fica claro entender que nesse caso, ele mostra quanto é o ganho para o capital próprio.

$$\text{TRSPL} = \text{AC} = \frac{\text{PC LL}}{\text{PL TOTAL MÉDIO}}$$

Esse índice é mais utilizado do que o primeiro, e de grande interesse para os proprietários.

TAXA DE RETORNO SOBRE A VENDA

Esse índice demonstra quanto de resultado existe para cada real vendido. Esse número é fundamental para se estabelecer o ganho gerado pelo seu esforço na venda. A venda utilizada para esse índice é a venda líquida. A interpretação para esse índice é o mais simples possível, pois ele indica quanto é o ganho para cada real vendido.

$$\text{MLV} = \frac{\text{LL}}{\text{VENDA LÍQUIDA}}$$

DEMAIS ÍNDICES

Existem, também, outros índices que podem ser úteis para pequenos empreendedores, porém

não irei tratar deles com o mesmo nível de detalhes que os acima mencionados. São eles:

1 – Índices de Atividade: prazo médio do estoque, prazo médio de recebimento das vendas e prazo médio de pagamento das compras.

2 – Índices de Endividamento: capital de terceiros frente aos recursos totais, capital próprio frente ao capital de terceiros e composição do endividamento.

ESTUDO DE CASO – EXEMPLO DE APLICAÇÃO DOS ÍNDICES

Nesse momento serão utilizados demonstrativos contábeis fictícios para poder exemplificar a utilização prática dos índices abordados nesse artigo.

Segue um balanço patrimonial como modelo:

6 - Estrutura de um exemplo de Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Disponível	R\$ 57.000,00	Fornecedores	R\$ 44.000,00
Duplicatas a receber	R\$ 29.000,00	Financiamentos	R\$ 188.000,00
Estoques	R\$ 460.000,00	Provisão IR	R\$ 6.000,00
TOTAL CIRCULANTE	R\$ 546.000,00	Dividendos a pagar	R\$ 54.000,00
REALIZÁVEL LP	R\$ 25.000,00	Duplicatas descontadas	R\$ 28.000,00
PERMANENTE		TOTAL CIRCULANTE	R\$ 320.000,00
Investimento	R\$ 50.000,00		
Imobilizado	R\$ 140.000,00	EXIGÍVEL A LP	
Diferido	R\$ 9.000,00	Financiamento	R\$ 30.000,00
TOTAL PERMANENTE	R\$ 199.000,00	Contas a pagar	R\$ 2.000,00
		TOTAL EXIGÍVEL LP	R\$ 32.000,00
ATIVO TOTAL	R\$ 770.000,00		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital realizado	R\$ 230.000,00
		Reserva de capital	R\$ 14.000,00
		Reservas diversas	R\$ 174.000,00
		TOTAL PL	R\$ 418.000,00
		PASSIVO TOTAL	R\$ 770.000,00

Fonte: Resolução CFC 1.115/07.

Abaixo segue um demonstrativo de resultado do exercício como modelo:

7- Estrutura de um exemplo de DRE

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 2.000.000,00
Deduções	R\$ 330.000,00
Vendas líquidas	R\$ 1.670.000,00
CMV (-)	R\$ 1.250.000,00
LUCRO BRUTO	R\$ 420.000,00

DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas com venda	R\$ 300.000,00
Administrativas	R\$ 77.000,00
Depreciação	R\$ 2.000,00
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 41.000,00

Despesa não operacional (+)	R\$ 40.000,00
Correção monetária	R\$ 9.000,00
Provisão de IR	R\$ 22.000,00

LUCRO LÍQUIDO	R\$ 50.000,00
----------------------	----------------------

Fonte: Resolução CFC 1.115/07.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ILC	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 546.000,00
	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 320.000,00

1,71

Esse índice mostra que para cada 1 real de dívida a curto prazo que a empresa tem, ela possui 1 real e 70 centavos para pagar também com o ativo a curto prazo. É uma boa situação.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

ILS	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 546.000,00
	ESTOQUES	R\$ 460.000,00
	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 320.000,00

0,27

Esse índice mostra que para cada 1 real de dívida a curto prazo que a empresa tem, ela possui apenas 0,27 centavos para pagar com o ativo a curto prazo sem precisar se desfazer de seus estoques. Significa que a empresa não opera com folga nessa situação e precisa fazer venda com seu estoque atual para poder honrar com seus compromissos. Vale novamente completar o diagnóstico com uma visão do evolutivo, comparado com exercício anterior e, também, a média do mercado de empresas similares.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

ILG	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 546.000,00
	ATIVO REALIZÁVEL LP	R\$ 25.000,00
	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 320.000,00
	PASSIVO EXIGÍVEL LP	R\$ 32.000,00

1,62

Esse índice mostra que para cada 1 real do total de sua dívida a curto prazo e longo prazo a empresa possui 1 real e 62 centavos para pagar, também, com o ativo de curto e longo prazo. Ou seja, se ela utilizar todo seu recurso de curto e longo prazo para pagar todas as duas obrigações de curto e longo prazo, sobraria 62 centavos para cada real. É uma boa situação. Vale novamente completar o diagnóstico com uma visão do evolutivo comparado com exercícios anterior e também a média do mercado de empresas similares.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

ILI	DISPONÍVEL	R\$ 57.000,00
	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 320.000,00

0,18

Esse índice mostra que a empresa possui apenas 0,18 centavos do seu caixa, aplicações ou banco (disponíveis) para honrar com seus compromissos de curto prazo. Não é uma situação confortável, pois faltam 0,82 centavos disponíveis para cada real de dívida de curto prazo que ela possui. Veja que mesmo a empresa tendo uma

situação positiva em outros índices como ILC e ILG, ela precisa se preocupar em gerar disponíveis para arcar com suas obrigações. Vale novamente completar o diagnóstico com uma visão do evolutivo comparado com exercício anterior e também a média do mercado de empresas similares.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ COM LUCRO

ILL	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 546.000,00
	LUCRO LÍQUIDO	R\$ 50.000,00
	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 320.000,00

1,86

Esse índice mostra que para cada 1 real de obrigações que empresa possui a curto prazo, ela possui 1 real e oitenta e seis centavos para honrar sua dívida, somando a esse valor também o seu lucro futuro. É uma situação boa, claro que novamente vale a pena observar o desempenho histórico da empresa bem como o mercado que ela está inserida.

TAXA DE RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL

ATIVO	ATIVO EXERC ATUAL	R\$ 770.000,00
MÉDIO	ATIVO EXERC ANTERIOR	R\$ 900.000,00

R\$ 835.000,00

TRISIT	LUCRO LÍQUIDO	R\$ 50.000,00
	ATIVO MÉDIO	R\$ 835.000,00

0,06

Esse índice mostra que para cada 1 real investido na empresa, ela gera 0,06 centavos de ganho, isso levando em consideração o ativo total e médio (período atual e anterior). Observe-se que esse ganho é frente aos recursos próprios e de terceiros. Nesse caso não se pode avaliar se essa é uma situação boa, pois depende da expectativa dos seus proprietários e terceiros, bem como evolutivo e média do mercado.

TAXA DE RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PL	PL EXERCÍCIO ATUAL	R\$ 418.000,00
MÉDIO	PL EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 500.000,00

R\$ 459.000,00

TRPL	LUCRO LÍQUIDO	R\$ 50.000,00
	ATIVO MÉDIO	R\$ 459.000,00

0,11

Esse índice mostra que para cada 1 real investido na empresa, ela gera 0,11 centavos de ganho para seu capital próprio. Essa taxa é importante, pois mostra quanto o capital próprio está sendo rentabilizado com a operação da empresa.

MARGEM DE LUCRO SOBRE AS VENDAS

MV	LUCRO LÍQUIDO	R\$ 50.000,00
	VENDA LÍQUIDA	R\$1.670.000,00

0,03

Esse índice tem uma interpretação simples e de grande utilidade. Ele mostra que para cada 1 real vendido, a empresa gera 0,03 centavos de sobra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pequenas empresas precisam entender a gestão contábil como um instrumento de auxílio à tomada de decisão. Seus demonstrativos, quando interpretados de forma correta e eficiente por meio de índices financeiros, econômicos e administrativos revelam inúmeras alternativas e caminhos a se seguir rumo ao sucesso do negócio. Apesar da obrigação legal que exige das pequenas empresas a manutenção de uma contabilidade simplificada, o empreendedor deve priorizar a gestão contábil e a análise financeiro-econômica do seu negócio. O bom entendimento desses pontos, por si só, já é um diferencial competitivo.

Em 2010, segundo o estudo 'Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil' feito pelo SEBRAE, 58% das empresas de pequeno porte fecharam suas portas antes de completar cinco anos. Em relação a 2009 esse índice era de 62%. Ainda segundo o SEBRAE, fatores como falta de planejamento, de técnicas de marketing, de avaliação financeira, de conhecimento dos custos e de uma política de fluxo de caixa saudável, são os principais pontos que contribuíram para essa elevada taxa de mortalidade.

Nesse contexto, o presente artigo contribui na geração de uma visão simplificada, porém fundamental, da gestão contábil e de sua análise financeiro-econômica. Vale de salientar que dados confiáveis são a base de toda gestão contábil e que o papel do gestor e seu contador são fundamentais para que a integridade e confiabilidade da informação sejam preservadas. Também, vale destacar o papel do bom senso do gestor no momento da análise e tomada de decisão, visto que o contexto externo e fatores pontuais de mercado, muitas vezes não traduzidos por números ou índices, podem fazer toda a diferença na hora da tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. **Desenvolvimento de um Modelo de Planejamento Estratégico para Grupos de Pequenas Empresas**. Tese de Doutorado, FEA-USP, 1994.

CAVALCANTI, Marly. **Multigestão empresarial: uma estratégia de sobrevivência para a pequena e média empresa no estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, 1986.

FERRONATO, Airto João. **Gestão Contábil-Financeira de Micro e Pequenas Empresas: Sobrevivência e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei 123/2006, Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Lei 6.404/76, Leis das Sociedades por Ações.

Resolução 1.115/07 - NBC T 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Recebido em: 20 de novembro de 2013
Avaliado em: 24 de novembro de 2013
Aceito em: 26 de novembro de 2013
